



1                   ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE GESTÃO COM  
2                   PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
3                   REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2018  
4

5   Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, nesta cidade de São Paulo, à  
6   Rua Sena Madureira, 1500, no Anfiteatro do Térreo da Reitoria reuniram-se os  
7   senhores membros do Conselho de Gestão Com Pessoas da UNIFESP, sob a  
8   presidência de Sr. Norberto Silva Lobo. Estiveram presentes os membros: Sra. Ana  
9   Paula Santiago do Nascimento (Professora), Sr. Crystian Mauro Etzel Rats (Técnico  
10   Administrativo em Educação), Sr. Ederson Luiz Silva (Técnico Administrativo em  
11   Educação), Sra. Eliane Lino dos Santos (Técnico Administrativo em Educação), Sr.  
12   Emerson Stefanoviccius D Anela (Diretor Administrativo Campus Baixada Santista),  
13   Sr. Francisco Eris Cunha (Técnico Administrativo em Educação), Profa. Dra. Gabriela  
14   de Brelaz (Professora), Prof. Dr. Horacio Hideki Yanasse (Diretor Acadêmico do  
15   Campus São José dos Campos), Sr. Jose Lucio Soriano (Técnico Administrativo em  
16   Educação), Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz (Diretora Administrativa Campus Osasco),  
17   Sra. Karla Nieva (Técnico Administrativo em Educação), Sra. Melissa Elaine Campos  
18   dos Santos (Técnico Administrativo em Educação), Profa. Dra. Nildes Raimunda  
19   Pitombo Leite (Professora), Sr. Paulo Cesar Pereira Guimaraes (Técnico Administrativo  
20   em Educação), Sr. Rubens Faria Lima (Diretor do Departamento Recursos Humanos),  
21   Prof. Dr. Thiago Martini Pereira (Professor), Profa. Dra. Sylvia Helena Souza da Silva  
22   Batista (Diretora Acadêmica do Campus Baixada Santista) Profa. Dra. Izabel Patrícia  
23   Meister (Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Gestão de  
24   Pessoas/ProPessoas). Justificaram ausência e não foram substituídos: Profa. Dra.  
25   Luciana Massaro Onusic (Diretora Acadêmica do Campus Osasco), Profa. Dra. Tania  
26   Terezinha de Oliveira Scudeller (Professor). Não justificaram ausência: Sra. Debora  
27   Nunes Lisboa (Diretor Administrativo Campus São José dos Campos), Profa. Dra.  
28   Emilia Inoue Sato (Diretora Acadêmica da Escola Paulista de Medicina), Prof. Dr.  
29   Filipe de Oliveira (Professor), Sr. Helio Egydio Nogueira (Diretor do Departamento  
30   Saúde do Trabalhador), Profa. Dra. Isabel Cristina Céspedes (Professora), Profa. Dra.  
31   Isis Machado Hueza (Coordenadora da CPPD), Sra. Janete Cristina Melo Marques  
32   (Diretor Administrativo Campus Guarulhos), Prof. Dr. João Miguel de Barros  
33   Alexandrino (Diretor Acadêmico do Campus Diadema), Profa. Dra. Lilian Berton  
34   (Representante da Diretoria Administrativa do Campus São José dos Campos), Profa.





35 Dra. Magali Aparecida Silvestre (Diretora Acadêmica do Campus Guarulhos), Profa.  
36 Dra. Maria de Fatima Ferreira Queiroz (Professor), Sra. Maria José Conceição dos  
37 Santos (Coordenadora da CIS), Sr. Milton Santo da Silva (Técnico Administrativo em  
38 Educação), Prof. Dr. Pedro Fiori Arantes (Pró-reitor de Planejamento), Prof. Dr. Rimarc  
39 Gomes Ferreira (Representante Conselho Gestor Hu), Sra. Silmara Souza de Siqueira  
40 (Diretor Administrativo Campus São Paulo), Sra. Sinara Aparecida Farago de Melo  
41 (Diretor Administrativo Campus Diadema), Sra. Tania Mara Francisco (Pró-reitora de  
42 Administração). Estiveram presentes os representantes: Prof. Dr. Rudolf Wechsler  
43 (Representante da Profa. Dra. Rosana Puccini, Diretora Acadêmica do Campus São  
44 Paulo), Profa. Dra. Suzete Maria Fustinoni, representante da Profa. Dra. Janine  
45 Schirmer, diretora da Escola Paulista de Enfermagem. Participaram da reunião como  
46 convidados: Sr(a). Alisson Ortiz Rigitiano, Profa. Dra. Ieda Longo Maugeri, Sra.  
47 Jandercy Moreno, Sra. Maria da Soledade Bonfim (Gabinete ProPessoas), Sra. Paula  
48 Garcia (Núcleo de Comunicação/ProPessoas). Os senhores conselheiros assinaram a  
49 folha de frequência e foi constatado quorum com 17 presentes. O Pró-Reitor Adjunto  
50 de Gestão com Pessoas, Norberto Silva Lobo, presidindo interinamente o Conselho de  
51 Gestão com Pessoas, **iniciou a reunião com os informes. Inclusão de informe:**  
52 **PPI.** O servidor Alisson Ortiz, da Pró-Reitoria de Planejamento, foi convidado para  
53 apresentar o Projeto Pedagógico Institucional, explicou que estão em fase de  
54 campanha de divulgação da primeira fase do processo, que irá até o final do mês de  
55 junho/2018 com a inserção de propostas, por parte da comunidade acadêmica, em  
56 caráter sigiloso, no aplicativo virtual criado pela equipe da ProPlan,  
57 *unifesp.appcivist.org*. A partir de 1º de julho de 2018 o autor pode tornar pública a sua  
58 proposta. Apenas as propostas tornadas públicas seguirão para as fases seguintes  
59 onde haverá a deliberação por grupos, comitês editoriais e grupos de trabalho  
60 temático. Após reunidas, categorizadas e agrupadas, será formulado um texto de PPI  
61 para que possa ser votado ponto a ponto. Se não houver muitas propostas o processo  
62 se desenvolverá com a formação de uma comissão. **Inclusão de informe: Comissão**  
63 **de Insalubridade.** A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ieda Maugeri, presidente da Comissão de  
64 Insalubridade, foi convidada para informar sobre as alterações que estão ocorrendo na  
65 concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Informou que existe uma  
66 exigência do governo federal para que a concessão de insalubridade seja feita da  
67 forma mais transparente possível. Como resultado de uma recente determinação da  
68 CGU, de que nenhum servidor de atividades-meio deveria receber adicional de





69 insalubridade, foi entendimento da reitoria fazer uma portaria estabelecendo uma  
70 comissão com representantes de todas as categorias e, trabalhando junto com a  
71 ProPessoas e DSTra/SESMT, fazer a revisão dessas concessões. A ideia é fazer  
72 reavaliações in loco para emissão de novo laudo, com base na legislação vigente.  
73 Foram estudados os 400 casos de concessão de insalubridade, que, de acordo com a  
74 CGU, deveriam ser cortados. A comissão enviou um ofício para as chefias dos  
75 servidores apontados, informando que os próprios servidores deveriam preencher  
76 novamente o formulário para atualização dos laudos, para que a comissão pudesse  
77 responder a CGU dentro do prazo. Nesse meio tempo o Governo Federal lançou um  
78 programa online onde devem ser inseridos todos os dados dos servidores que recebem  
79 os adicionais de insalubridade e periculosidade. O governo não aceitará mais nenhuma  
80 concessão de insalubridade que não seja feita por meio desse programa, não sendo  
81 mais possível conceder os adicionais seguindo o fluxo utilizado até hoje, via SIAPE. Por  
82 essa razão, ocorreu uma incompatibilidade entre os sistemas, que bloqueou  
83 temporariamente a concessão dos adicionais, causando um atraso no recebimento e  
84 concessão de novos pedidos, principalmente do HU. A comissão entrou em contato  
85 com o coordenador desse programa em Brasília e o Dr. Antonio Carlos Zechinatti,  
86 coordenador do SESMT, foi a Brasília para tratar das respectivas questões técnicas,  
87 com objetivo de inserir todos os laudos no programa. A comissão solicitou prorrogação  
88 do prazo para continuar a atuar por meio do sistema antigo, mas precisa da  
89 autorização de Brasília. A presidente da comissão esclareceu que ninguém que tenha  
90 direito será prejudicado, inclusive serão pagos valores retroativos para aqueles que  
91 têm direito aos referidos adicionais. **1. CISSP (Comissão Interna de Saúde do**  
92 **Servidor Público).** O presidente interino do Conselho informou que recentemente  
93 participou de uma atividade promovida em conjunto com o Sintunifesp e o Serviço de  
94 Medicina do Trabalho, a respeito da prevenção dos acidentes de trabalho,  
95 representando a Reitoria e Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas, quando foi  
96 questionada a implementação da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público, para  
97 desempenho da prevenção do acidente de trabalho. Informou que fez um levantamento  
98 cronológico das atividades realizadas até o momento e verificou que havia sido  
99 proposto um texto para uma resolução normatizando o funcionamento dessa comissão.  
100 Ao analisar, observou que havia pontos no texto que suscitavam cuidado por parte da  
101 ProPessoas e que por essa razão o mesmo foi encaminhado para a Assessoria Técnica  
102 em Legislação e Normas da ProPessoas e o assunto será ponto de pauta na próxima





103 reunião. A ATLN fará uma releitura e readequação do material, que será novamente  
104 submetido para apreciação e deliberação do ConPessoas e, após deliberado e aprovado  
105 será formada a comissão eleitoral para definir de que maneira se dará a votação e  
106 escolha dos membros. **2. Plano de Saúde.** O presidente interino lembrou que foi  
107 nomeada uma comissão pelo ConPessoas para construção de um termo de referência  
108 que atraísse as empresas de saúde privadas num processo licitatório. Após os tramites  
109 normais, o termo de referência ficou por doze dias em licitação e não houve qualquer  
110 proposta de adesão por parte das empresas de saúde. A comissão prorrogou o prazo  
111 por mais trinta dias, prazo que se encerrou em 18/06, e mais uma vez não houve  
112 interessados. Ele ressaltou que a ProPessoas continuará nas tentativas de contratação  
113 por meio da licitação já referida. **3. Suspensão da licença sem vencimento para**  
114 **tratar de interesses particulares.** O presidente interino informou que, em função do  
115 cenário negativo com a vedação, por parte do atual governo, das vagas disponíveis e  
116 que vierem a ficar disponíveis, e a readequação do quadro dos servidores, a  
117 ProPessoas entendeu por suspender temporariamente a licença para interesses  
118 particulares até dezembro de 2018, quando será feita uma reanálise sob um novo  
119 cenário político. O Conselheiro Paulo Cesar Pereira Guimarães manifestou-se  
120 contrariamente à medida, defendeu que a gestão suspendeu um direito do servidor e  
121 que o conselho precisa fazer uma avaliação do ato. Defendeu que a gestão tem  
122 autonomia discricionária para avaliar se ela pode conceder o direito ou não; que pode  
123 avaliar de maneira mais criteriosa as solicitações de licença para interesses  
124 particulares; porém, da forma como foi informado impede que o servidor traga a  
125 demanda, porque está suspensa, e isso não é admissível. Solicitou correção da nota  
126 urgente. Informou ainda que houve uma reunião entre os sindicatos, o Pró-Reitor de  
127 Gestão com Pessoas, Prof. Dr. Murched Omar Taha, e a reitora da Unifesp, Profa Dra  
128 Soraya Smaili, em que foi acordado que a ProPessoas iria mudar a redação do texto da  
129 nota. Após isso, foi novamente encaminhado à Adunifesp um informativo sem a  
130 mudança do texto, desrespeitando o que foi acordado na reunião. A Conselheira Ana  
131 Paula Santiago defendeu que o cenário político exposto na nota não influencia a  
132 licença sem vencimento. A justificativa para a suspensão da licença foi um normativo  
133 do governo federal que bloqueia as vagas existentes ou que venham a vagar, e a  
134 licença sem vencimentos não se encaixa na situação; quando a pessoa pede licença  
135 sem vencimentos não libera a vaga, então o governo não pode tomar a vaga. Quanto à  
136 justificativa de que se trata de uma questão orçamentária da universidade, a licença





137 sem vencimento não impacta no orçamento da universidade. As duas justificativas  
138 expressas na nota não influenciam no pedido de licença sem vencimento. Defendeu  
139 ainda que a gestão está suspendendo um direito sumariamente independente da  
140 manifestação da chefia imediata e do setor, informando se é possível permitir essa  
141 licença ou não, bem como independentemente do motivo informado pelo servidor para  
142 solicitar a licença. Sugeriu como proposta, que o conselho delibere quais são os  
143 critérios para a concessão da licença. Após longa discussão, os conselheiros Paulo  
144 Cesar Pereira Guimarães e Melissa Elaine Campos dos Santos defenderam entrar em  
145 votação revogação da medida e discussão do tema. O pró-reitor adjunto informou que  
146 o assunto foi trazido à reunião como informe, que a intenção de trazer é discutir.  
147 Colocou que não está em discussão a discricionariedade, mas que a fala dos  
148 conselheiros levam a uma reconsideração da forma com que a nota foi colocada. Em  
149 linhas gerais o que está em questão é a desproporção das vagas e o atendimento à  
150 universidade. A conselheira Ana Paula Santiago do Nascimento informou que enviou  
151 por e-mail uma solicitação de inclusão desse ponto como pauta e que esse assunto  
152 deve ser ponto de pauta e não informe. O pró-reitor adjunto confirmou a solicitação da  
153 conselheira; porém, por falta de quórum, não foi possível ocorrer a votação sobre a  
154 revogação da medida. O presidente deu início à **ORDEM DO DIA. Inversão de ponto**  
155 **de pauta. 3. Aprimoramento do instrumento de avaliação de estágio**  
156 **probatório.** O presidente interino informou que o ponto não seria colocado em  
157 votação, sugeriu que o conselho começasse o debate e na próxima reunião continuar a  
158 discussão. Após concordância dos conselheiros presentes, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Izabel Meister,  
159 Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas -  
160 DDGP/ProPessoas, deu início à apresentação do ponto. Explicou que o instrumento de  
161 avaliação de estágio probatório foi construído e aprovado 22 de fevereiro de 2016 e  
162 começou a ser aplicado retroativamente aos servidores que ingressaram a partir de  
163 2015. A partir do momento que começou a ser aplicado foi detectado pela equipe do  
164 DDGP que o instrumento precisava de alguns ajustes. O instrumento tem como  
165 objetivo de auferir o desempenho e ao final identificar se o servidor está apto ou  
166 inapto para o serviço público. Para a avaliação são considerados cinco itens:  
167 assiduidade, responsabilidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade. A  
168 avaliação de estágio probatório é feita em três etapas, com diferença de peso. Na  
169 primeira etapa, a avaliação da chefia e autoavaliação têm o mesmo peso; a partir da  
170 segunda etapa, a avaliação da chefia tem peso 2. O servidor é considerado apto





171 quando atinge nota de corte superior a 2.6 como resultado de uma fórmula  
172 matemática. À medida que apareça uma sinalização de desempenho não satisfatório o  
173 DDGP atua junto ao servidor com cursos de capacitação, acompanhamento médico e  
174 outras ações que possam ser feitas para possibilitar a permanência e melhor  
175 adequação ao trabalho. Explicou que o problema é que para casos em que há  
176 discrepância entre atribuição de notas por parte de chefia e servidor, a fórmula  
177 matemática da metodologia se torna ineficaz. Apresentou como possibilidades a  
178 alteração do peso da avaliação da chefia na primeira avaliação; alterar o peso dos  
179 campos responsabilidade e produtividade ou alteração da nota de corte. Sugeriu ainda  
180 uma combinação entre as possibilidades. A conselheira Melissa Elaine Campos dos  
181 Santos enfatizou a importância de se discutir com a CIS as questões relativas ao  
182 instrumento antes de trazer o assunto para o Conselho. Defendeu ainda a capacitação  
183 da chefia e a necessidade de atenção aos servidores do Hospital, já que o Hospital tem  
184 servidores terceirizados e CLT. O conselheiro Ederson Luiz Silva questionou por que é  
185 atribuído peso maior da chefia na primeira avaliação e não na última, já que  
186 geralmente se percebe um declínio do trabalho ao longo do tempo. A Prof.<sup>a</sup> Izabel  
187 explicou que a equipe fez vários testes e detectou que, quando se aplicava o peso  
188 maior nas outras etapas a contagem pelo instrumento não gerava a condição de  
189 inapto. Além disso, ao colocar o peso maior na primeira etapa, em caso de  
190 discrepância na avaliação já é possível iniciar ações de conscientização de forma  
191 pedagógica para que não haja declínio no desempenho do servidor. O representante  
192 da conselheira Rosana Pucinni, prof. Rudolf Wechsler, e a conselheira Sylvia Helena  
193 Batista sugeriram um terceiro olhar avaliador. Devido ao avançado da hora, o  
194 presidente interino encerrou as inscrições para comentários; os demais pontos de  
195 pauta - aprovação das atas de 28/02/2018 e 20/03/2018 e aprovações de  
196 homologações, aberturas e cancelamentos de concursos públicos e processos seletivos  
197 simplificados - não foram discutidos, além do avançado da hora, por falta de quórum, e  
198 a reunião foi encerrada. Nada mais havendo a tratar, para constar, eu, Sara Moreira  
199 Gomes, secretária, lavrei a presente ata que, após aprovada, será assinada por mim e  
200 pelo Sr. Presidente.

201

202

203

204





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Conselho de Gestão Com Pessoas



Sr. Norberto Silva Lobo  
Pró-reitor Adjunto de Gestão Com Pessoas  
Presidente do Conselho de Gestão Com Pessoas

Sara Moreira Gomes  
Secretária do Conselho de Gestão Com Pessoas

